



Processo nº	19515.720683/2014-57
Recurso	Embargos
Acórdão nº	2301-006.553 – 2^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de	9 de outubro de 2019
Embargante	VITOR ROGERIO DE MOURA FERREIRA
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Ano-calendário: 2010

EMBARGOS INOMINADOS. CABIMENTO. EXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL NO JULGADO PROFERIDO PELO CARF. NECESSIDADE DE NOVA DECISÃO.

Em face da existência de inexatidão material devida a lapso manifesto e erros de cálculo no acórdão prolatado por este Conselho, verifica-se a necessidade de prolatação de novo acórdão para saneamento.

RECURSO DE OFÍCIO. LIMITE DE ALÇADA. VERIFICAÇÃO VIGENTE NA DATA DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. PREJUDICIAL DE ADMISSIBILIDADE. PORTARIA MF N° 63. SÚMULA CARF N° 103.

A verificação do limite de alçada, para fins de Recurso de Ofício, ocorre em dois momentos: primeiro quando da prolação de decisão favorável ao contribuinte pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), para fins de interposição de Recurso de Ofício, observando-se a legislação da época, e segundo quando da apreciação do recurso pelo Carf, em Preliminar de Admissibilidade, para fins de seu conhecimento, aplicando-se o limite de alçada então vigente. Entendimento que está sedimentado pela Súmula Carf nº 103: "Para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada vigente na data de sua apreciação em segunda instância". *In casu*, aplica-se o limite instituído pela Portaria MF nº 63 que alterou o valor para interposição de Recurso de Ofício para R\$ 2.500.000,00.

NULIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Estando presentes todos os requisitos do lançamento e não se verificando quaisquer das causas do artigo 59 do Decreto nº 70.235, de 1972, não há falar em nulidade.

OMISSÃO DE RENDIMENTOS. LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

A Lei 9.430/96, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos e, com efeitos infringentes, retificar a decisão do Acórdão nº 2301-005.765, de 3 de dezembro de 2018, para os seguintes termos: "Acordam, os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos inominados para, sanando os vícios apontados no Acórdão nº 2301-005.173, de 04/10/2017, com efeitos infringentes, alterar a decisão para não conhecer do recurso de ofício e, relativamente ao recurso voluntário, rejeitar a preliminar e, no mérito, dar provimento parcial para excluir da base de cálculo o valor de R\$ 148.795.000,00".

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital – Relator e Presidente

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antônio Sávio Nastureles, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Marcelo Freitas de Souza Costa, Sheila Aires Cartaxo Gomes, Virgílio Cansino Gil (Suplente Convocado), Fernanda Melo Leal e João Mauricio Vital (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente a Conselheira Juliana Marteli Fais Feriato.

Relatório

Tratam-se de embargos opostos pela unidade preparadora (e-fls. 866 a 872) em face do Acórdão nº Acórdão nº 2301-005.765, de 3 de dezembro de 2018 (e-fls. 888 a 894). Os embargos foram recebidos como inominados por evidenciarem evidente erro material.

Segundo a embargante, a decisão do acórdão embargado apontou um valor a ser excluído da base de cálculo que não corresponde à soma dos valores contidos no voto.

Os embargos foram admitidos pela autoridade regimentalmente competente.

É o relatório.

Voto

Conselheiro João Maurício Vital, Relator.

Conheço dos embargos por tempestivos.

A matéria embargada cinge-se ao erro de soma dos valores a serem excluídos da base de cálculo, consoante a decisão desta turma prolatada no Acórdão nº 2301-005.765, de 3 de dezembro de 2018 (e-fls. 888 a 894), que assim concluiu:

Constatado o erro material, deve-se retificar a conclusão proferida no Acórdão nº 2301-005.173, de 04/10/2017, para considerar comprovados os seguintes depósitos, constantes do TVF (e-fls. 123):

Data do depósito	Valor apurado
01/10/2010	410.000,00
01/10/2010	510.000,00
01/10/2010	1.016.000,00
01/10/2010	1.614.000,00
01/10/2010	1.750.000,00
01/10/2010	30.000.000,00
01/10/2010	45.060.000,00
04/10/2010	1.000.000,00
04/10/2010	20.000.000,00
04/10/2010	45.000.000,00
08/10/2010	330.000,00
08/10/2010	2.105.000,00

A soma dos valores considerados comprovados é de R\$ 148.795.000,00; porém, constou da parte dispositiva do acórdão, equivocadamente, o valor de R\$ 148.735.000,00. Deve-se, pois, retificar o *decisum* para que registre o valor correto a ser excluído da base de cálculo, que é de R\$ 148.795.000,00.

Conclusão

Voto por acolher os embargos e, com efeitos infringentes, retificar a decisão do Acórdão nº 2301-005.765, de 3 de dezembro de 2018, para os seguintes termos: “Acordam, os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos inominados para, sanando os vícios apontados no Acórdão nº 2301-005.173, de 04/10/2017, com efeitos infringentes, alterar a decisão para não conhecer do recurso de ofício e, relativamente ao recurso voluntário, rejeitar a preliminar e, no mérito, dar provimento parcial para excluir da base de cálculo o valor de R\$ 148.795.000,00”.

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital